

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração do Fluxo de Caixa	8

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2018 à 30/06/2018	10
DMPL - 01/01/2017 à 30/06/2017	11
Demonstração do Valor Adicionado	12
Comentário do Desempenho	13
Notas Explicativas	14
Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais	44

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	46
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	47
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	48
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	49

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/06/2018
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	306.756.816
Preferenciais	306.756.816
Total	613.513.632
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Reunião do Conselho de Administração	03/04/2018	Juros sobre Capital Próprio		Ordinária		0,53524
Reunião do Conselho de Administração	03/04/2018	Juros sobre Capital Próprio		Preferencial		0,53524

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
1	Ativo Total	5.109.140	4.785.730
1.01	Ativo Circulante	710.203	602.429
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	75.038	79.703
1.01.03	Contas a Receber	334.490	326.980
1.01.03.01	Clientes	334.490	326.980
1.01.04	Estoques	77.219	76.457
1.01.06	Tributos a Recuperar	92.809	2.646
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	92.809	2.646
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	130.647	116.643
1.01.08.03	Outros	130.647	116.643
1.01.08.03.01	Depósitos Judiciais	124.448	109.135
1.01.08.03.02	Outros Créditos	6.199	7.508
1.02	Ativo Não Circulante	4.398.937	4.183.301
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.372.024	1.234.608
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	62.269	59.968
1.02.01.01.01	Títulos Designados a Valor Justo	62.269	59.968
1.02.01.04	Contas a Receber	7.124	3.409
1.02.01.04.01	Clientes	7.124	3.409
1.02.01.07	Tributos Diferidos	440.470	403.498
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	440.470	403.498
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	862.161	767.733
1.02.01.10.03	Depósitos Judiciais	249.515	218.494
1.02.01.10.04	Aplicação no caixa único do Estado	5.553	3.823
1.02.01.10.05	Ativos financeiros - contratos de concessão	518.077	458.612
1.02.01.10.06	Depósitos em garantia	3.445	3.341
1.02.01.10.07	Indenização por desapropriação	78.588	76.605
1.02.01.10.08	Outros créditos	6.983	6.858
1.02.02	Investimentos	923	923
1.02.02.01	Participações Societárias	923	923
1.02.02.01.04	Outros Investimentos	923	923
1.02.03	Imobilizado	114.389	104.196
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	114.389	104.196
1.02.04	Intangível	2.911.601	2.843.574
1.02.04.01	Intangíveis	2.911.601	2.843.574
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	2.911.601	2.843.574

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
2	Passivo Total	5.109.140	4.785.730
2.01	Passivo Circulante	908.854	754.557
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	44.704	61.907
2.01.01.01	Obrigações Sociais	12.495	13.055
2.01.01.01.01	INSS	12.495	13.055
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	32.209	48.852
2.01.01.02.01	Salários a pagar	2.275	2.238
2.01.01.02.02	FGTS	2.489	3.833
2.01.01.02.03	Participação nos Resultados (PPR)	15.526	31.051
2.01.01.02.04	Fundação Corsan	3.510	3.618
2.01.01.02.05	IPE	3.994	3.857
2.01.01.02.06	Depositos e retenções Contratuais (Garantias Contratuais)	4.415	4.255
2.01.02	Fornecedores	94.240	118.284
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	94.240	118.284
2.01.03	Obrigações Fiscais	114.025	17.126
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	112.234	15.173
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	101.352	81
2.01.03.01.02	IRPJ Retenção	2.662	4.820
2.01.03.01.03	COFINS	5.326	7.236
2.01.03.01.04	PASEP	1.567	1.921
2.01.03.01.05	PIS/COFINS/CSLL s/Prestação Serviços	1.327	1.115
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	1.791	1.953
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	72.744	65.939
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	63.691	56.793
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	48.802	43.915
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	14.889	12.878
2.01.04.02	Debêntures	9.053	9.146
2.01.05	Outras Obrigações	357.229	297.716
2.01.05.02	Outros	357.229	297.716
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	307.618	241.196
2.01.05.02.04	Dívidas com Fundação CORSAN	31.562	36.456
2.01.05.02.05	Outras Contas a Pagar	5.164	6.804
2.01.05.02.06	Impostos e contribuições - Parcelamento	12.885	13.260
2.01.06	Provisões	225.912	193.585
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	216.607	185.532
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	134.517	117.882
2.01.06.01.05	Provisões para Férias e Encargos a Pagar	82.090	67.650
2.01.06.02	Outras Provisões	9.305	8.053
2.01.06.02.06	Provisão Convênio SENAI/CORSAN	381	358
2.01.06.02.07	Provisão Contingências Fiscais	8.924	7.695
2.02	Passivo Não Circulante	2.058.135	2.017.173
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	392.967	409.639
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	376.560	386.995
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	355.458	362.855
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	21.102	24.140
2.02.01.02	Debêntures	16.407	22.644

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
2.02.02	Outras Obrigações	99.729	110.946
2.02.02.02	Outros	99.729	110.946
2.02.02.02.03	Fornecedores	62	136
2.02.02.02.04	Dívidas com Fundação CORSAN	39.560	48.539
2.02.02.02.05	Contratos de Repasse	9.737	9.232
2.02.02.02.06	Impostos e Contribuições - Parcelamento	50.370	53.039
2.02.04	Provisões	1.565.439	1.496.588
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.557.705	1.488.627
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	642.084	560.216
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	915.621	928.411
2.02.04.02	Outras Provisões	7.734	7.961
2.02.04.02.04	Provisões para Tributos Diferidos - PASEP e COFINS	7.734	7.961
2.03	Patrimônio Líquido	2.142.151	2.014.000
2.03.01	Capital Social Realizado	1.635.145	939.148
2.03.02	Reservas de Capital	48.672	49.059
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	31.524	31.911
2.03.02.07	Auxílios para Obras	9.262	9.262
2.03.02.08	Doações e Subvenções para Investimentos	7.886	7.886
2.03.04	Reservas de Lucros	339.610	1.035.607
2.03.04.01	Reserva Legal	106.896	106.896
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	230.960	926.957
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	1.754	1.754
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	129.363	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-10.639	-9.814

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2018 à 30/06/2018	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/06/2018	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/06/2017
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	653.726	1.345.280	602.190	1.250.514
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-414.111	-802.246	-375.870	-737.533
3.03	Resultado Bruto	239.615	543.034	226.320	512.981
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-158.958	-304.687	-117.534	-267.502
3.04.01	Despesas com Vendas	-37.589	-64.541	-31.445	-54.696
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-127.771	-246.329	-101.576	-217.848
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	11.387	18.158	22.081	30.202
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-4.985	-11.975	-6.594	-25.160
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	80.657	238.347	108.786	245.479
3.06	Resultado Financeiro	7.331	21.817	17.439	30.342
3.06.01	Receitas Financeiras	26.555	53.595	31.954	60.632
3.06.02	Despesas Financeiras	-19.224	-31.778	-14.515	-30.290
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	87.988	260.164	126.225	275.821
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-18.426	-65.205	-29.454	-68.153
3.08.01	Corrente	-40.349	-102.178	-42.943	-97.545
3.08.02	Diferido	21.923	36.973	13.489	29.392
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	69.562	194.959	96.771	207.668
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	69.562	194.959	96.771	207.668
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,11338	0,31778	0,15773	0,33849
3.99.01.02	PN	0,11338	0,31778	0,15773	0,33849

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2018 à 30/06/2018	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/06/2018	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/06/2017
4.01	Lucro Líquido do Período	69.562	194.959	96.771	207.668
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-413	-825	-456	-912
4.02.01	Realização da Reserva de Reavaliação	-413	-825	-456	-912
4.03	Resultado Abrangente do Período	69.149	194.134	96.315	206.756

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/06/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/06/2017
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	207.632	262.661
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	330.909	306.618
6.01.01.01	Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	260.164	275.821
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	67.660	56.892
6.01.01.03	Baixa de Imobilizado e Intangível	84	204
6.01.01.05	Provisão para Devedores Duvidosos	7.369	-3.731
6.01.01.06	Provisão para Riscos Fiscais, Cíveis e Trabalhistas	84.854	58.835
6.01.01.07	Provisão para Tributos Diferidos	-227	-228
6.01.01.08	Juros e Variações Monetárias	46.023	33.213
6.01.01.09	Ajuste a Valor Presente sobre Ativos Financeiros	-25.526	-19.938
6.01.01.10	Margem na Construção de Obras-Contratos de Concessão	-1.529	-2.230
6.01.01.12	Provisão para Benefício Pós Emprego	-12.790	238
6.01.01.13	Ajuste a valor presente sobre clientes	-2.072	122
6.01.01.14	Rendimento sobre Aplicação Financeira de Curto Prazo	-2.099	-4.270
6.01.01.15	Imposto de Renda e Contribuição Social pagos	-91.002	-88.310
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-123.277	-43.957
6.01.02.01	Aumento (Redução) de Contas a Receber de Clientes	-16.522	6.397
6.01.02.02	Aumento de Depósitos em Garantia	-104	-322
6.01.02.03	Aumento de Outros Créditos	-88.979	-58.150
6.01.02.04	Aumento de Depósitos Judiciais	-46.334	-47.114
6.01.02.05	Aumento de Rendimentos SIAC	-1.730	-1.708
6.01.02.06	Redução de Fornecedores	-24.118	-45.835
6.01.02.07	Aumento de Impostos e Contribuições	85.077	29.369
6.01.02.08	Redução (Aumento) de Impostos e Contribuições-Parcelamento	-6.942	92.929
6.01.02.09	Redução de Dívidas com Fundação CORSAN	-18.375	-18.477
6.01.02.10	Aumento de indenização por desapropriação	-1.983	-7.182
6.01.02.11	Redução de Outros Débitos	-1.457	-1.691
6.01.02.12	Aumento de Férias e Encargos a Pagar	14.477	13.587
6.01.02.13	Redução de Participação nos Resultados	-15.525	-15.997
6.01.02.14	Aumento (Redução) de Estoques	-762	10.237
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-178.574	-215.755
6.02.01	Aquisição de Bens do Ativo Imobilizado	-20.073	-13.782
6.02.03	Custos Construção - Contratos de Concessão	-124.516	-100.988
6.02.04	Outras Aquisições Intangível	-33.783	-58.643
6.02.05	Aplicações Financeiras	-202	-42.342
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-33.723	-58.261
6.03.01	Empréstimos e Financiamentos-Captações	35.603	27.880
6.03.02	Empréstimos e Financiamentos-Pagamentos	-62.119	-59.275
6.03.04	Dividendos/Juros sobre Capital Próprio - Pagamentos	0	-19.405
6.03.05	Contratos de Repasse	505	0
6.03.06	Adto p/ Futuro Aumento Capital	-387	0
6.03.08	Debentures Pagamentos	-7.325	-7.461
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-4.665	-11.355
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	79.703	30.586

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/06/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/06/2017
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	75.038	19.231

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 30/06/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	939.148	49.059	1.035.607	0	-9.814	2.014.000
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	939.148	49.059	1.035.607	0	-9.814	2.014.000
5.04	Transações de Capital com os Sócios	695.997	0	-695.997	-66.421	0	-66.421
5.04.01	Aumentos de Capital	695.997	0	-695.997	0	0	0
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-66.421	0	-66.421
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	194.959	0	194.959
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	194.959	0	194.959
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-387	0	825	-825	-387
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	825	-825	0
5.06.04	Adiantamento para futuro aumento de capital	0	-387	0	0	0	-387
5.07	Saldos Finais	1.635.145	48.672	339.610	129.363	-10.639	2.142.151

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 30/06/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	939.148	36.478	785.418	0	147.863	1.908.907
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	939.148	36.478	785.418	0	147.863	1.908.907
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-63.075	0	-63.075
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-63.075	0	-63.075
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	207.668	0	207.668
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	207.668	0	207.668
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	912	-912	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	912	-912	0
5.07	Saldos Finais	939.148	36.478	785.418	145.505	146.951	2.053.500

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/06/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/06/2017
7.01	Receitas	1.472.143	1.384.047
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.340.982	1.253.339
7.01.02	Outras Receitas	12.485	23.759
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	126.045	103.218
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-7.369	3.731
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-513.607	-417.192
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-414.167	-356.385
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-72.151	-64.127
7.02.04	Outros	-27.289	3.320
7.03	Valor Adicionado Bruto	958.536	966.855
7.04	Retenções	-67.660	-56.892
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-67.660	-56.892
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	890.876	909.963
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	59.263	67.006
7.06.02	Receitas Financeiras	53.595	60.632
7.06.03	Outros	5.668	6.374
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	950.139	976.969
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	950.139	976.969
7.08.01	Pessoal	453.963	464.268
7.08.01.01	Remuneração Direta	317.215	311.959
7.08.01.02	Benefícios	106.664	110.239
7.08.01.03	F.G.T.S.	16.011	15.491
7.08.01.04	Outros	14.073	26.579
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	255.180	261.567
7.08.02.01	Federais	247.141	254.552
7.08.02.02	Estaduais	7.163	5.937
7.08.02.03	Municipais	876	1.078
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	46.037	43.466
7.08.03.01	Juros	31.778	30.290
7.08.03.02	Aluguéis	14.259	13.176
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	194.959	207.668
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	66.421	63.075
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	128.538	144.593

A receita bruta de vendas e/ou serviços da Companhia Riograndense de Saneamento – CORSAN, no segundo trimestre de 2018, alcançou a cifra de R\$ 650.221, isto é, apresentou um incremento de 3,95% em relação ao mesmo período do ano anterior, que foi de R\$ 625.537. Esse incremento pode ser explicado pela combinação de alguns fatores, como: crescimento vegetativo das ligações de água e esgoto e aumento da tarifa a partir de julho de 2017 no percentual de 4,17% para os municípios atendidos pela Corsan.

Os gastos no segundo trimestre de 2018 sofreram um acréscimo de 9,02%, ou seja, atingiram R\$ 427.650 frente aos R\$ 392.280 verificados no mesmo período do ano anterior. Os grupos de Pessoal/Encargos, Serviços e Gerais realizaram um valor 6,95%, 18,05% e 15,28% respectivamente superiores em comparação ao mesmo período do ano anterior, enquanto que o grupo de Materiais apresentou uma variação negativa de 15,59%.

O confronto entre os valores dos gastos do exercício atual e do anterior, no segundo trimestre, pode ser observado através do Quadro 1 – Comparativo das Despesas por Natureza 2018/2017 – 2º Trimestre, a seguir:

Natureza do Gasto	Realização - 2º Trimestre de 2018			Realização - 2º Trimestre de 2017			% Variação
	Custos	Despesas	Total	Custos	Despesas	Total	
Pessoal/Encargos	172.195	63.894	236.089	162.347	58.408	220.755	6,95
Materiais	24.006	1.474	25.480	29.602	585	30.187	(15,59)
Serviços	109.842	24.202	134.044	94.763	18.784	113.547	18,05
Gerais	18.625	13.412	32.037	13.862	13.929	27.791	15,28
Subtotal	324.668	102.982	427.650	300.574	91.706	392.280	9,02
Depreciações e Amortizações	32.469	1.857	34.326	28.052	865	28.917	18,71
Provisões	(6.281)	60.521	54.240	(3.198)	40.450	37.252	45,60
Custos de Construção	63.255	-	63.255	50.441	-	50.441	25,40
Outras Despesas	-	24.209	24.209	-	21.108	21.108	14,69
Total	414.111	189.569	603.680	375.869	154.129	529.998	13,90

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações trimestrais

30 de junho de 2018 e 2017

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES SOBRE A COMPANHIA

A Companhia Riograndense de Saneamento - CORSAN (“Companhia”) é uma sociedade de economia mista e de capital aberto, regida pela Lei das Sociedades Por Ações, constituída com base na Lei nº 5.167, de 21 de dezembro de 1965, regulamentada pelo Decreto nº 17.788, de 04 de fevereiro de 1966, e alterada pela Lei nº 13.435, de 05 de abril de 2010, e pela Lei nº 14.833, de 04 de janeiro de 2016. A Companhia passou a operar de forma efetiva a partir de 28 de março de 1966.

O acionista controlador da CORSAN é o Estado do Rio Grande do Sul, que detém 99,99% do seu capital social, estando a Companhia vinculada à Secretaria Estadual de Obras, Saneamento e Habitação.

O objeto da Companhia é o de realizar a construção, a operação, a exploração mercantil e a ampliação de instalações concernentes aos serviços públicos de fornecimento de água potável e coleta de esgotos sanitários; a realização de estudos, pesquisas e projetos no intuito do constante desenvolvimento de suas atividades operacionais, bem como o exercício de outras atividades afins e correlatas permitidas por lei, concernentes à atividade de prestação de serviços de saneamento básico e participação em outras sociedades.

Atua em 317 municípios do Rio Grande do Sul com sistemas de abastecimento de água e, concomitantemente, em 289 municípios com contratos firmados de sistemas de coleta e tratamento de esgoto. Em 288 municípios, as operações decorrem de Contratos de Programa, conforme regulamentado na Lei nº 11.445/07. Em 30 de junho de 2018, há 18 contratos cujos prazos de concessão expiraram, estando todos em fase de negociação para renovação dos serviços concedidos, mediante Contratos de Programa.

2. POLÍTICAS CONTÁBEIS

2.1) Declaração de conformidade e base de preparação

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo “International Accounting Standards Board – IASB” em especial ao IAS 34. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos técnicos, orientações e interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, em especial o CPC 21 (R1) aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras intermediárias, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

A autorização para conclusão destas demonstrações financeiras intermediárias ocorreu na reunião de diretoria de 13 de agosto de 2018.

As demonstrações financeiras intermediárias foram preparadas, utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados a valor justo e devem ser analisados em conjunto com as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017. As políticas contábeis, estimativas e julgamentos contábeis, gestão de risco e métodos de mensuração são os mesmos que aqueles adotados na elaboração das últimas demonstrações financeiras anuais, exceto pelas novas políticas contábeis relacionadas com a adoção do IFRS 15 – Receita de contrato com cliente (CPC 47), adotados pela Companhia a partir de 1º de janeiro de 2018, que não produziram efeitos significativos nas demonstrações financeiras, conforme descrito na nota 4. A política contábil de reconhecimento e mensuração do imposto de renda e da contribuição social no período intermediário está descrita na nota 8.

Notas Explicativas

2.2) Caixa e equivalentes de caixa

São compostos pelo caixa, depósitos bancários e investimentos de curtíssimo prazo e alta liquidez, utilizados para cumprimento das obrigações de curto prazo da Companhia, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalente de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

2.3) Contas a receber de clientes

Inclui os serviços medidos e faturados, ainda não recebidos, e as receitas decorrentes do abastecimento de água e da coleta de esgoto, ainda não faturadas, contabilizadas por estimativa pelo regime de competência, conforme o consumo estimado entre a data da última leitura e o final de cada mês, tendo por base o consumo médio histórico de cada cliente.

2.4) Ativos financeiros – contratos de concessão

A Companhia reconhece um crédito a receber do poder concedente (municípios) quando possui direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a título de indenização pelos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços relacionados à concessão. Estes ativos financeiros estão registrados pelo valor presente do direito e são calculados com base no valor líquido dos ativos construídos pertencentes à infraestrutura que serão indenizados pelo poder concedente, descontados com base na taxa do custo médio ponderado do capital da Companhia.

Estas contas a receber são classificadas no ativo não circulante, considerando a expectativa de recebimento destes valores, tendo como base a data de encerramento das concessões.

2.5) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

É calculada com base em critério técnico, segundo avaliação das contas a receber de usuários do serviço de água e esgoto, e a experiência que a Companhia tem sobre o nível de perdas no passado. O valor provisionado é considerado suficiente pela administração para cobrir a expectativa de perdas na realização dos créditos.

2.6) Estoques

Os materiais em almoxarifado são destinados ao consumo e à manutenção de sistemas de água e esgoto e encontram-se classificados no ativo circulante. A avaliação é realizada pelo custo médio de aquisição, e não excede o valor líquido realizável.

2.7) Investimentos

Os investimentos estão demonstrados pelo custo de aquisição deduzido de provisão para desvalorização, quando aplicável.

2.8) Imobilizado

O ativo imobilizado da Companhia está composto, substancialmente, por terrenos, prédios, veículos, sistemas de esgotos próprios e ligados à atividade industrial privada e outros bens que não estão vinculados à concessão pública. Os bens classificados no ativo imobilizado estão registrados pelo custo de aquisição ou construção. Quando uma manutenção relevante for feita, o seu custo será reconhecido no valor contábil do imobilizado se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos. A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens, como segue:

- Edifícios 25 anos
- Máquinas 10 anos
- Veículos 5 anos
- Demais bens móveis 10 anos

Notas Explicativas

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos periodicamente, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. A Companhia revisa a vida útil-econômica desses ativos anualmente.

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

2.9) Ativos intangíveis

Concessões

A Companhia possui contratos de concessão pública de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário. Os contratos de concessão são firmados com os municípios, sendo os contratos similares em termos de direitos e obrigações do concessionário e do poder concedente.

Os contratos de concessão representam um direito de cobrar os usuários dos serviços públicos, via tarifação, controlada pelas Agências Reguladoras dos Serviços Públicos Delegados, pelo período de tempo estabelecido nos contratos de concessão. A Companhia reconhece como um ativo intangível esse direito de cobrar dos usuários pelos serviços prestados de abastecimento de água e esgotamento sanitário durante o período de concessão, em linha com a interpretação ICPC 01 Contratos de Concessão.

O ativo intangível é determinado como sendo o valor residual da receita de construção auferida para a construção ou aquisição da infraestrutura realizada pela Companhia, reconhecidos conforme nota 2.14, e o valor do ativo financeiro, trazido a valor presente, referente ao direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a título de indenização, acrescido de correção monetária, quando aplicável nos termos do IAS 29.

O ativo intangível tem sua amortização iniciada quando este está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Companhia.

A amortização é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens ou prazo de concessão, como segue:

	<u>Vida útil do intangível</u>	<u>Prazo médio de concessão</u>
Sistemas de água	60 anos	25 anos
Sistemas de esgoto	60 anos	25 anos
Bens de uso geral	10 anos	25 anos

A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia. O padrão de consumo dos ativos tem relação com sua vida útil econômica, em que os ativos construídos pela Companhia integram a base de cálculo para mensuração da tarifa de prestação dos serviços de concessão.

A amortização do ativo intangível é cessada quando o ativo tiver sido totalmente consumido ou baixado ou deixar de integrar a base de cálculo da tarifa de prestação de serviços de concessão, o que ocorrer primeiro.

Os valores dos ativos intangíveis foram reconhecidos pela diferença entre o valor justo dos ativos construídos ou adquiridos para fins de prestação dos serviços de concessão e o valor contábil dos ativos financeiros reconhecidos. A Companhia não possui nenhum contrato de concessão oneroso.

2.10) Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são classificados como ativos e passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda ou outros passivos financeiros. A Companhia determina a classificação de seus instrumentos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ela se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Os principais ativos financeiros em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017 reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de

Notas Explicativas

clientes e ativos financeiros de contratos de programa. Os principais passivos financeiros são: contas a pagar a fornecedores, empréstimos e financiamentos, debêntures e dívidas com a Fundação CORSAN.

A Companhia não realizou, durante o semestre findo em 30 de junho de 2018 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, operações com instrumentos derivativos.

Reconhecimento inicial e mensuração

Os instrumentos financeiros são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, quando tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício.

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente dos instrumentos financeiros ocorre a cada data do balanço de acordo com a classificação dos instrumentos financeiros nas seguintes categorias de ativos e passivos financeiros: ativo financeiro ou passivo financeiro mensurado pelo valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, e outros passivos financeiros – empréstimos e financiamentos.

Instrumentos financeiros a valor justo por meio do resultado

Instrumentos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos e passivos financeiros mantidos para negociação ou aqueles designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Os instrumentos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou “prêmio” na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas, no resultado, como despesa financeira ou despesa comercial, conforme a natureza do ativo financeiro ao qual a perda se relaciona.

Outros passivos financeiros - empréstimos e financiamentos

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

2.11) Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, sendo provável que recursos econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas

Provisões são constituídas para todos os litígios referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar o litígio/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados. As provisões são revisadas e ajustadas periodicamente para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Notas Explicativas

2.12) Benefícios pós-emprego concedidos aos empregados

A Companhia é patrocinadora da Fundação CORSAN, Entidade Fechada de Previdência Complementar, cuja principal finalidade é a de manter planos de suplementação de aposentadorias, pensões e demais prestações asseguradas pela previdência oficial aos participantes. O plano de benefícios da Fundação é do tipo “benefício definido” e a avaliação é procedida por atuário independente. De acordo com os critérios estabelecidos pela Deliberação CVM nº 695, de 2012, a Companhia reconheceu no passivo não circulante os efeitos das obrigações com o plano de benefícios, pelo regime de competência.

Ganhos e perdas atuariais são reconhecidos em “outros resultados abrangentes” no patrimônio líquido, como requerido no CPC 33(R1) e IAS 19 – Benefício a Empregados.

Os custos de serviços passados são reconhecidos como despesa, de forma linear, ao longo do período médio até que o direito aos benefícios seja adquirido. Se o direito aos benefícios já tiver sido adquirido, custos de serviços passados são reconhecidos imediatamente após a introdução ou mudanças de um plano de aposentadoria.

O ativo ou passivo de planos de benefício definido a ser reconhecido nas demonstrações financeiras corresponde ao valor presente da obrigação pelo benefício definido (utilizando uma taxa de desconto com base em títulos de longo prazo do Governo Federal), menos custos de serviços passados ainda não reconhecidos e menos o valor justo dos ativos do plano que serão usados para liquidar as obrigações. Os ativos do plano são ativos mantidos pela Fundação CORSAN.

2.13) Impostos

Imposto de renda e contribuição social corrente

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor conforme normas estabelecidas para as empresas que têm como base de apuração o lucro real.

Os tributos são contabilizados pelo regime de competência e as alíquotas utilizadas são de 15%, mais adicional de 10% para o imposto de renda e 9% para contribuição social.

Imposto de renda e contribuição social correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado.

Impostos diferidos ativos e passivos são reconhecidos no ativo e passivo não circulante e mensurados pela taxa de imposto que se espera ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido. Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal, e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

Notas Explicativas

Imunidade

Em virtude do posicionamento do Supremo Tribunal Federal acerca da extensão da imunidade tributária, relativa ao Imposto de Renda e Contribuição Social, às sociedades de economia mista prestadoras de serviços públicos essenciais, a Companhia, em 17 de dezembro de 1993, ajuizou Ação Ordinária Declaratória Cumulada com Repetição de Indébito para se beneficiar da referida imunidade através do Processo 93.00.15146-5/RS ou 0015146-22.1993.4.04.7100. Por se tratar de uma contingência ativa, este processo somente será reconhecido nas demonstrações financeiras intermediárias quando do seu efetivo recebimento. O referido processo encontra-se pendente de julgamento no Supremo Tribunal Federal através do processo RE 342314.

Impostos sobre serviços

As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

	<u>Alíquotas</u>
COFINS - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social	7,60%
PASEP - Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público	1,65%

Os serviços são apresentados na demonstração do resultado pelos seus valores líquidos dos respectivos impostos (receita líquida de serviços).

2.14) Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber principalmente pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos.

A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

Prestação de serviços

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do período. As receitas de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário não faturadas são contabilizadas na data da prestação do serviço, como contas a receber de clientes a faturar, com base em estimativas mensais, de forma que as receitas se contraponham aos custos em sua correta competência.

Contratos de construção

Um grupo de contratos de construção é tratado como um contrato de construção único quando: i) o grupo de contratos foi negociado como um pacote único; ii) os contratos estiverem tão diretamente interrelacionados que sejam, com efeito, parte do projeto único com margem de lucro global, e; iii) os contratos são executados simultaneamente ou em sequência contínua.

A receita proveniente dos contratos de prestação de serviços de construção é reconhecida de acordo com o CPC 47 Contratos de Construção (IFRS 15), segundo o método de porcentagem de conclusão (POC). O percentual concluído é definido conforme estágio de execução com base no cronograma físico-financeiro de cada contrato.

Os custos dos contratos são reconhecidos na demonstração do resultado, como custo dos serviços prestados, quando incorridos. Todos os custos diretamente atribuíveis aos contratos são considerados para mensuração da receita, que segue o método de custo mais margem. A receita é reconhecida tomando-se como base as margens anuais contratadas, ou estimadas (1,23% em 30 de junho de 2018 e 1,97% em 31 de dezembro de 2017).

A Companhia revisa pelo menos anualmente suas margens.

Quando o encerramento de um contrato de construção não puder ser estimado de forma confiável, a receita é reconhecida de forma limitada aos custos incorridos que serão recuperados.

Notas Explicativas

Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa de juros efetiva. Quando uma perda do valor recuperável é identificada em relação a uma aplicação financeira ou uma conta a receber, a Companhia reduz o valor contábil ao seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa de juros efetiva original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados ao ativo, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa de juros efetiva utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original da aplicação financeira ou das contas a receber.

2.15) Dividendos e juros sobre o capital próprio

O valor dos juros sobre o capital próprio é tratado, para fins contábeis, como dividendo e é apresentado nas demonstrações financeiras como uma redução do Patrimônio Líquido conforme Deliberação CVM nº 683/12. O benefício fiscal relacionado é registrado e ajustado na apuração do IRPJ e CSLL.

As informações de juros sobre o capital próprio estão apresentadas na Nota 22d.

2.16) Demonstrações dos fluxos de caixa e valor adicionado

A Demonstração dos fluxos de caixa (DFC) foi preparada pelo método indireto e reflete as modificações no caixa que ocorreram nos exercícios apresentados, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 03(R2) (IAS7) – Demonstração dos fluxos de caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (IASB).

Os termos utilizados na demonstração dos fluxos de caixa são os seguintes:

Atividades operacionais: referem-se às principais transações da Companhia e a outras atividades que não são de investimento e de financiamento;

Atividades de investimento: referem-se às adições e baixas dos ativos não circulantes e outros investimentos não incluídos no caixa e equivalentes de caixa;

Atividades de financiamento: referem-se às atividades que resultam em mudanças na composição do patrimônio e empréstimos e financiamentos.

A Demonstração do valor adicionado (DVA) é apresentada de forma suplementar em atendimento à legislação societária brasileira e foi preparada de acordo com a deliberação CVM nº 557, de 12 de novembro de 2008, que aprovou o pronunciamento técnico CPC09 – demonstração do valor adicionado. Sua finalidade é evidenciar a riqueza gerada pela Companhia durante o período, bem como demonstrar sua distribuição entre os diversos agentes (*stakeholders*).

2.17) Ajustes a valor presente

Os ativos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às informações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e, em certos casos, implícita. Em 30 de junho de 2018, os ativos financeiros relacionados à concessão de serviços públicos e o contas a receber de longo prazo foram ajustados a seu valor presente.

2.18) Conversão de moeda estrangeira

As demonstrações financeiras intermediárias são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço. Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado.

Notas Explicativas

2.19) Lucro por ação

O cálculo básico de lucro por ação é feito através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais, pela quantidade média ponderada de ações disponíveis durante o período conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33). Não há instrumentos ou acordos para a emissão de ações ordinárias e, conseqüentemente, não há evento que possa diluir os dividendos atribuíveis às ações da Companhia e, desta forma, o dividendo básico e o diluído são de idêntico valor.

2.20) Programa de participação nos lucros e resultados – PPLR

No exercício, são registradas provisões para reconhecer a despesa referente à participação dos empregados nos resultados. Estes valores são calculados com base em indicadores e metas definidas pela Administração e apropriadas em contas específicas nos grupos de custos dos serviços, despesas comerciais e despesas administrativas.

2.21) Redução ao valor recuperável – *Impairment*

Perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros.

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível; contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores eventualmente podem afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para o segmento em que opera a unidade geradora de caixa. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo, que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a “unidade geradora de caixa ou UGC”).

O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos dez anos e não incluem investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Nas datas dos balanços, não foram identificados fatores que indicassem a necessidade de constituição de provisão para o valor recuperável de ativos.

Notas Explicativas

2.22) Custo de empréstimo

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição ou construção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos com empréstimo são registrados como despesa no período em que ocorrerem. Custos de empréstimos compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos aos empréstimos.

Conforme permitido pelo ICPC 01, a Companhia capitaliza os custos dos empréstimos referentes aos ativos intangíveis dos serviços de construção relacionados aos contratos de concessão de serviços públicos.

3. JULGAMENTOS, ESTIMATIVAS E PREMISSAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras intermediárias da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Entretanto, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo relacionado em períodos futuros.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são apresentadas a seguir:

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dada a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrados. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir em uma ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Imposto diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados e para as diferenças temporárias na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no Balanço Patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível; todavia, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Notas Explicativas

Benefícios de aposentadoria

Os estudos atuariais realizados para dimensionar as obrigações e custos dos benefícios de aposentadoria e assistência à saúde tem a finalidade de atender às exigências de contabilização de passivos/ativos resultantes dos benefícios oferecidos pelas empresas aos seus empregados, considerando o disposto no Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), em correlação às Normas Internacionais de Contabilidade – IAS 19 (IASB – BV 2012).

O objetivo deste pronunciamento foi de estabelecer quando e de que forma o custo para proporcionar benefícios a empregados deve ser reconhecido pela empresa empregadora, assim como as informações que devem ser divulgadas nas demonstrações financeiras dessa.

Os cálculos atuariais efetuados para dimensionar todas estas obrigações são realizados tendo como base parâmetros técnicos (premissas atuariais, demográficas, econômicas e financeiras) que são reavaliados periodicamente visando atestar sua aderência à massa de participantes do plano.

O Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) traz em seu conteúdo todas as regras que devem ser atendidas para o correto dimensionamento e contabilização dos passivos pós-emprego das empresas. Além disto, cabe salientar que estas premissas técnicas bem como os métodos adotados para apurar os compromissos de pós-emprego das empresas são internacionalmente aceitos.

Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas fiscais, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas ou exposições adicionais identificadas como base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas em um período não superior a um ano.

4. PRONUNCIAMENTOS DO IFRS

a) Pronunciamentos do IFRS novos ou revisados a serem aplicados pela primeira vez em 2018

IFRS 9 - Instrumentos Financeiros - Em julho de 2014, o IASB emitiu a versão final da IFRS 9 Instrumentos Financeiros, que substitui a IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e todas as versões anteriores da IFRS 9. A IFRS 9 reúne os três aspectos do projeto de contabilização de instrumentos financeiros: classificação e mensuração, redução ao valor recuperável do ativo e contabilização de *hedge*. A IFRS 9 está em vigor para períodos anuais com início a partir de 1º de janeiro de 2018, sendo permitida sua aplicação antecipada. Com exceção da contabilidade de *hedge*, faz-se necessária a aplicação retrospectiva, contudo, o fornecimento de informações comparativas não é obrigatório. Para a contabilidade, os requisitos geralmente são aplicados de forma prospectiva, com algumas exceções limitadas. A Companhia planeja adotar a nova norma na data efetiva requerida e não fará reapresentação de informações comparativas. Segundo estudos da companhia esta norma não produzirá efeitos em suas demonstrações financeiras.

IFRS 15 - Receita de contratos com clientes - A IFRS 15 foi emitida em maio de 2014, alterada em abril de 2016 e estabelece um modelo de cinco etapas para contabilização das receitas decorrentes de contratos com clientes. De acordo com a IFRS 15, a receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente. A nova norma para receita substituirá todos os requisitos atuais de reconhecimento de receita de acordo com as IFRS. A IFRS 15 está em vigor para períodos anuais

Notas Explicativas

com início a partir de 1º de janeiro de 2018, sendo que a aplicação inicial segundo estudos da companhia não produzirá efeitos no período comparativo de 31 de dezembro de 2017.

IFRS 2 Classificação e mensuração de transações com pagamentos baseados em ações – Alterações à IFRS 2 - O IASB emitiu alterações à IFRS 2 Pagamentos baseados em ações, que abordam três áreas principais: os efeitos das condições de aquisição de direitos sobre a mensuração de uma transação de pagamento baseada em ações liquidada em dinheiro; a classificação de uma transação de pagamento baseada em ações com características de liquidação pelo valor líquido para obrigações relacionadas a impostos retidos na fonte; e o tratamento contábil quando uma modificação nos termos e condições de uma transação de pagamento baseada em ações altera sua classificação de liquidação em dinheiro para liquidação com ações.

Na adoção, as entidades são obrigadas a adotar as alterações sem atualizar períodos anteriores, mas a adoção retrospectiva é permitida se aplicada para as três alterações e os outros critérios forem atendidos. As alterações estão em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2018, sendo permitida a adoção antecipada.

Estas alterações não têm impactos para Companhia, uma vez que ela não adota este tipo de pagamento.

b) Pronunciamentos do IFRS emitidos ainda não em vigor em 30 de junho de 2018

As normas e interpretações emitidas, mas ainda não adotadas até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia são abaixo apresentadas. Porém, a Administração não espera impactos relevantes sobre as demonstrações financeiras da Companhia quando de sua adoção inicial:

Alterações à IFRS 10 e à IAS 28: Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua associada ou empreendimento controlado em conjunto (joint venture) - As alterações abordam o conflito entre a IFRS 10 e a IAS 28 no tratamento da perda de controle de uma subsidiária que é vendida ou contribuída a uma associada ou a um empreendimento controlado em conjunto (joint venture). As alterações esclarecem que o ganho ou a perda resultantes da intermediação de venda ou contribuição de ativos que constituem um negócio, conforme definido na IFRS 3, entre um investidor e sua associada ou joint venture, são reconhecidos(as) na íntegra. Qualquer ganho ou perda resultantes da intermediação de venda ou contribuição de ativos que não constituam um negócio, no entanto, são reconhecidos(as) somente na extensão das participações de investidores não relacionados na associada ou joint venture. O IASB adiou indefinidamente a data de vigência das referidas alterações, mas uma entidade que adotar as alterações antecipadamente deve aplicá-las prospectivamente.

Entretanto, essas alterações não têm efeito sobre sua posição patrimonial e financeira e desempenho das operações, uma vez que a Companhia não possui diferenças temporárias dedutíveis ou ativos que estejam no âmbito das alterações.

IFRS 16 Operações de arrendamento mercantil - A IFRS 16 foi emitida em janeiro de 2016 e substituiu a IAS 17 Operações de arrendamento mercantil, a IFRIC 4 Como determinar se um acordo contém um arrendamento, o SIC-15 Arrendamentos operacionais – Incentivos - e o SIC-27 Avaliação da substância de transações envolvendo a forma legal de arrendamento. A IFRS 16 estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e evidenciação de arrendamentos e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos sob um único modelo no balanço patrimonial, semelhante à contabilização de arrendamentos financeiros segundo a IAS 17.61.

A norma inclui duas isenções de reconhecimento para arrendatários – arrendamentos de ativos de “baixo valor” (por exemplo, computadores pessoais) e arrendamentos de curto prazo (ou seja, com prazo de arrendamento de 12 meses ou menos). Na data de início de um contrato de arrendamento, o arrendatário reconhecerá um passivo relativo aos pagamentos de arrendamento (isto é, um passivo de arrendamento) e um ativo que representa o direito de utilizar o ativo subjacente durante o prazo de arrendamento (ou seja, o ativo de direito de uso). Os arrendatários serão obrigados a reconhecer separadamente a despesa de juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação sobre o ativo de direito de uso. Os arrendatários também deverão reavaliar o passivo do arrendamento na ocorrência de determinados eventos (por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da

Notas Explicativas

alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos). Em geral, o arrendatário irá reconhecer o valor da reavaliação do passivo de arrendamento como um ajuste do ativo de direito de uso.

Não há alteração substancial na contabilização do arrendador com base na IFRS 16 em relação à contabilização atual de acordo com a IAS 17. Os arrendadores continuarão a classificar todos os arrendamentos de acordo com o mesmo princípio de classificação da IAS 17, distinguindo entre dois tipos de arrendamento: operacionais e financeiros.

A IFRS 16 também exige que os arrendatários e os arrendadores façam divulgações mais abrangentes do que as previstas na IAS 17.

A IFRS 16 entra em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2019. O arrendatário pode optar pela adoção da norma utilizando a retrospectiva completa ou uma abordagem modificada da retrospectiva. As provisões transitórias da norma permitem determinadas isenções. Esta norma não tem impactos nas demonstrações financeiras da Companhia, uma vez que ela não adota este tipo operação.

A Companhia pretende adotar tais normas quando elas entrarem em vigor divulgando e reconhecendo os impactos nas demonstrações financeiras que possam ocorrer quando da aplicação de tais adoções.

Considerando as atuais operações da Companhia, a administração não espera que estas alterações produzam efeitos relevantes sobre as demonstrações financeiras a partir de sua adoção.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Caixa e equivalentes de caixa

As aplicações financeiras classificadas como equivalentes de caixa são de curto prazo, de alta liquidez, e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

	<u>30/06/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Caixa	1	1
Depósitos bancários	20.329	25.749
Aplicações de liquidez imediata	54.708	53.953
Total	<u>75.038</u>	<u>79.703</u>

Aplicações financeiras

As aplicações financeiras de longo prazo totalizam R\$62.269 em 30 de junho de 2018 (R\$59.968 em 31 de dezembro de 2017) e referem-se, substancialmente, a valores dados em garantia para empréstimos contraídos para obras do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) promovido pelo Governo Federal junto aos Bancos Banrisul e Caixa Econômica Federal.

O montante do ativo não circulante tem o seguinte cronograma por ano de vencimento:

<u>Banco</u>	<u>Ano</u>	<u>Valor</u>
Banrisul Reserva BNDES PAC 1	2023	6.533
Banrisul Reserva BNDES PAC 2	2027	6.990
Caixa Econômica Federal Reserva	2034	48.746
Total		<u>62.269</u>

Notas Explicativas**6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES**

	30/06/2018	31/12/2017
Contas a receber vincendas		
Particular	161.774	163.463
Pública	8.506	13.085
Contas a receber vencidas		
Particular	81.517	74.571
Pública	31.688	13.087
Receitas a faturar	71.536	72.221
Total de contas a receber	355.021	336.427
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(13.407)	(6.038)
	341.614	330.389
Circulante	334.490	326.980
Não circulante	7.124	3.409

Os valores de contas a receber estão compostos da seguinte forma:

	30/06/2018		31/12/2017	
	Particular	Pública	Particular	Pública
A vencer	161.774	8.506	163.463	13.085
Créditos vencidos - 01 a 30 dias	52.388	8.982	48.196	4.517
Créditos vencidos - 31 a 90 dias	15.606	9.916	16.465	3.513
Créditos vencidos - 91 a 180 dias	6.534	6.372	6.952	1.977
Créditos vencidos - 181 a 360 dias	3.721	3.461	1.898	1.548
Créditos vencidos - mais de 360 dias	3.268	2.957	1.060	1.532
Total	243.291	40.194	238.034	26.172

O saldo com o poder público corresponde ao faturamento pela prestação de serviços de água e esgoto para órgãos e autarquias dos poderes federal, estadual e municipal. As faturas do Governo do Estado do Rio Grande do Sul têm sido liquidadas através de encontro de contas com dividendos e juros sobre capital próprio a pagar.

A conta "Receitas a faturar" se refere aos serviços prestados e não faturados, com base no consumo médio de cada rota de faturamento, aplicado ao período entre a data da última leitura e o final do mês (nota 2.14).

A provisão para crédito de liquidação duvidosa foi constituída considerando as contas a receber vencidas há mais de 180 dias e faturas que apresentam risco de perda.

A movimentação da provisão está demonstrada a seguir:

	30/06/2018	31/12/2017
Saldo no início do período	(6.038)	(10.331)
Adições	(10.414)	(10.619)
Reversões/realização de perda	3.045	14.912
Saldo no final do período	(13.407)	(6.038)

7. ESTOQUES

	30/06/2018	31/12/2017
Tubulações de água e esgoto	57.907	59.064
Materiais de tratamento/laboratório	3.112	2.972
Materiais diversos	16.200	14.421
Total	77.219	76.457

Notas Explicativas

Os materiais em almoxarifado são destinados ao consumo, à manutenção de sistemas de água e esgoto. Os materiais destinados à aplicação em obras são classificados no intangível.

8. TRIBUTOS DIFERIDOS

	<u>30/06/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Classificados no ativo não circulante		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	440.470	403.498
Classificados no passivo não circulante		
PASEP e COFINS diferidos	7.734	7.961

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

De acordo com o CPC 32 (R2), vêm sendo registrados os créditos fiscais diferidos sobre as diferenças temporárias. As bases destes créditos são as seguintes:

Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos

	<u>30/06/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias:		
Passivo atuarial	915.621	928.411
Provisões para débitos com exigibilidade suspensa	8.924	7.692
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	776.601	678.098
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	13.407	6.038
Provisões para perdas - diversas	9.610	9.610
Provisões para perdas - Prefeitura de Novo Hamburgo	88.514	88.514
Contribuições previdenciárias tributadas por regime de caixa	22.583	26.691
Reserva de reavaliação	(74.250)	(74.259)
Efeitos da adoção do ICPC01 - contratos de concessão	(252.804)	(260.275)
Encargos financeiros capitalizados	(225.216)	(215.040)
Variação cambial tributada por regime de caixa	3.254	(2.091)
Outras provisões e diferenças temporárias	9.256	(6.631)
Total das diferenças temporárias	1.295.500	1.186.758
Alíquota vigente	34%	34%
Total de imposto de renda e contribuição social diferidos líquidos	440.470	403.498

Conciliação alíquota efetiva

	<u>30/06/2018</u>	<u>30/06/2017</u>
Lucro antes do imposto de renda (IRPJ) e da contribuição social (CSLL)	260.164	275.821
Alíquota vigente	34%	34%
Expectativa de despesa de IRPJ e CSLL, de acordo com a alíquota vigente	(88.456)	(93.779)
Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes:		
Juros sobre capital próprio	22.583	21.446
Incentivos fiscais	3.157	3.124
Outras diferenças permanentes	(2.489)	1.056
Imposto de renda e contribuição social no resultado	(65.205)	(68.153)
Corrente	(102.178)	(97.545)
Diferido	36.973	29.392
Alíquota efetiva	25%	25%

Notas Explicativas

Para fins de adequação à Deliberação CVM nº 683/12, o valor dos JSCP foi registrado diretamente no Patrimônio Líquido.

b) COFINS e PASEP diferidos

	30/06/2018			31/12/2017		
	COFINS	PASEP	Total	COFINS	PASEP	Total
RTT	6.355	1.379	7.734	6.541	1.420	7.961
Valor passivo	(6.355)	(1.379)	(7.734)	(6.541)	(1.420)	(7.961)

9. OUTROS CRÉDITOS

	30/06/2018	31/12/2017
Créditos com prefeituras municipais	2.936	2.815
Adiantamento de férias	2.397	3.682
Indenizações judiciais a receber	4.435	4.434
Por serviços ou obras prestados a terceiros	1.926	2.025
Valores a compensar	1.034	1.033
Créditos diversos	454	377
	13.182	14.366
Circulante	6.199	7.508
Não circulante	6.983	6.858

10. ATIVOS FINANCEIROS – CONTRATOS DE CONCESSÃO

A Companhia possui, em 30 de junho de 2018, R\$518.077 a receber do poder concedente (municípios), referente ao montante esperado de ressarcimento do valor residual da infraestrutura ao final das concessões (R\$458.612 em 31 de dezembro de 2017). Este valor foi ajustado ao respectivo valor presente no reconhecimento inicial, tendo sido descontado pelo custo médio ponderado de capital, conforme segue:

	30/06/2018	31/12/2017
Ativos financeiros	1.274.068	1.209.967
(-) Ajuste a valor presente	(755.991)	(751.355)
Total	518.077	458.612

Movimentação do Ativo Financeiro

	30/06/2018	31/12/2017
Saldo no início do período	458.612	402.336
Constituição/realização de AVP	25.526	42.454
Adições/(Baixas)	(25.312)	(59.856)
Transferências líquidas	59.251	73.678
Saldo no final do período	518.077	458.612

Notas Explicativas

Transferência de bens e serviços

Por força de decisão judicial da 3ª Vara da Fazenda Pública de Porto Alegre, sob o Processo nº 01197704164, a CORSAN fez a entrega para a Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo, conforme termo de entrega de serviços públicos concedidos, assinado entre as partes em 03/12/98, do sistema de abastecimento de água, equipamentos, instalações e o acervo vinculado e necessário aos referidos serviços. Em 14/12/98, por decisão do Superior Tribunal de Justiça, foi susgado o cumprimento do mandado de intimação para entrega compulsória daqueles serviços, embora já tivessem sido entregues. A ação judicial prosseguiu, então, sob o nº 001/1.05.0286812-4, limitando-se a discutir a indenização em relação ao patrimônio que a CORSAN detinha no Município de Novo Hamburgo, afetado à prestação do respectivo serviço. Nesse processo, foi reconhecido o dever do citado município em indenizar a CORSAN, tendo sido, expedido o competente precatório para pagamento da respectiva dívida o qual foi deferido para inclusão no orçamento de 2019.

Muito embora o precatório estabeleça um valor, este não representa, necessariamente, aquele que será ao final pago e que tampouco a requisição judicial do precatório permite estabelecer o momento em que o pagamento será realizado, diante disso, de acordo com o previsto no CPC 25 - Provisões de Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Deliberação CVM nº 594/09 - o ativo contingente não foi reconhecido contabilmente pois no instante do trânsito em julgado ou da expedição do precatório estão ausentes a disponibilidade econômica e jurídica da renda, pois não haveria liquidez e certeza acerca do recebimento do crédito, nem do seu valor efetivo.

O saldo deste ativo financeiro em 30 de junho de 2018 totaliza R\$23.058 (R\$23.058 em 31 de dezembro de 2017).

Em atendimento à decisão proferida pelo Superior Tribunal de Justiça, nos autos das Suspensões de Liminares (SLS) números 1406-RS e 1407-RS, a CORSAN fez a transferência da operação dos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário e respectivos bens a eles afetos ao município de Uruguaiiana, conforme termo de transferência assinado entre as partes, em 24 de junho de 2011. O saldo deste contrato em 30 de junho de 2018 totaliza R\$34.078 (R\$34.170 em 31 de dezembro de 2017).

11. IMOBILIZADO

Custo	Sistemas de esgoto	Bens de uso geral	Obras em andamento	Total do imobilizado
Saldos em 31/12/2017	22.128	349.969	2.111	374.208
Adições	-	19.599	474	20.073
Baixas	-	(161)	-	(161)
Transferências	-	(693)	-	(693)
Saldos em 30/06/2018	22.128	368.714	2.585	393.427
Depreciação				
Saldos em 31/12/2017	(18.997)	(251.015)	-	(270.012)
Depreciações	(174)	(9.043)	-	(9.217)
Baixas	-	161	-	161
Transferências	-	30	-	30
Saldos em 30/06/2018	(19.171)	(259.867)	-	(279.038)
Saldos líquidos em 31/12/2017	3.131	98.954	2.111	104.196
Saldos líquidos em 30/06/2018	2.957	108.847	2.585	114.389

Notas Explicativas

A depreciação do período apropriada ao resultado como custo do serviço prestado foi de R\$6.391 (R\$5.822 em 30 de junho de 2017), R\$912 (R\$930 em 30 de junho de 2017) como despesa comercial e R\$1.914 (R\$789 em 30 de junho de 2017) como despesa administrativa.

Sob a rubrica "sistemas de esgotos", são registrados itens do ativo imobilizado utilizados pela Companhia em atividades próprias ou para prestação de serviços não relacionados à concessão pública, como, por exemplo, tratamento de esgoto de condomínios industriais privados.

Sob a rubrica "bens de uso geral", são registrados terrenos, imóveis, veículos e máquinas utilizados pela Companhia em atividades não relacionadas à concessão pública.

12. INTANGÍVEL

Custo	Sistemas de abastecimento de água	Sistemas de esgoto	Bens de uso geral	Obras em andamento	Total do intangível
Saldos em 31/12/2017	1.045.531	928.863	162.185	1.240.243	3.376.822
Adições	7.767	759	4.317	137.102	149.945
Baixas	-	-	(9)	(80)	(89)
Transferências	13.066	42.751	1.842	(81.024)	(23.365)
Saldos em 30/06/2018	1.066.364	972.373	168.335	1.296.241	3.503.313
Amortização					
Saldos em 31/12/2017	(300.036)	(170.766)	(62.446)	-	(533.248)
Amortizações	(28.440)	(23.286)	(6.717)	-	(58.443)
Baixas	-	-	5	-	5
Transferências	8	-	(34)	-	(26)
Saldos em 30/06/2018	(328.468)	(194.052)	(69.192)	-	(591.712)
Saldos líquidos em 31/12/2017	745.495	758.097	99.739	1.240.243	2.843.574
Saldos líquidos em 30/06/2018	737.896	778.321	99.143	1.296.241	2.911.601

A amortização do período apropriada ao resultado como custo do serviço prestado foi de R\$58.443 (R\$49.351 em 30 de junho de 2017).

Sob a rubrica "bens de uso geral", são registrados imóveis e equipamentos necessários à administração e manutenção dos sistemas de água e esgoto diretamente relacionados à concessão pública. Tais ativos têm vida útil específica.

O valor dos custos de empréstimo capitalizados durante o período é de R\$5.826 (R\$5.926 em 30 de junho de 2017).

13. SEGUROS

Em função das características de suas operações serem multilocalizadas, com base em programa de gerenciamento de riscos, através de análise de priorização com a análise da baixa probabilidade e pequeno impacto representando pequenos problemas e prejuízos a Companhia não adota política de transferir o risco de sinistro através de contratação de seguros.

Notas Explicativas**14. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS**

Instituição	Indexador	Taxa de juro anual	Último vencimento	Circulante		Não circulante	
				30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES	TJLP	2,61%	15/07/29	37.747	34.982	163.543	173.493
BID - Projeto "Pró-Guaíba"	US DÓLAR	4,16%	26/07/20	14.889	12.878	21.103	24.140
Caixa Econômica Federal	UPR	6,08%	15/07/38	8.948	6.844	171.474	168.169
Prefeitura Municipal de Encantado	UPR	6,00%	06/05/30	145	146	812	838
Prefeitura Municipal de Osório	UPR	6,00%	04/08/30	1.615	1.594	16.975	17.552
Prefeitura Municipal de Torres	UPR	6,00%	05/04/28	347	349	2.653	2.803
Total				63.691	56.793	376.560	386.995

O financiamento com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID foi contratado com a finalidade de recuperação e gerenciamento ambiental da Bacia Hidrográfica do Guaíba.

Os financiamentos com a Prefeitura Municipal de Encantado, com a Prefeitura Municipal de Osório e com a Prefeitura Municipal de Torres foram contratados junto à Caixa Econômica Federal visando à construção e ampliação do esgotamento sanitário dos respectivos municípios.

Os demais empréstimos e financiamentos foram destinados à ampliação e modernização dos sistemas de esgoto e abastecimento de água em diversos municípios do Estado do Rio Grande do Sul.

Os empréstimos e financiamentos estão garantidos pela arrecadação da receita da CORSAN, até o limite do saldo devedor de cada contrato na data dos balanços.

Determinados contratos mantidos com o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico Social (BNDES) possuem cláusulas financeiras que estabelecem metas de desempenho econômico-financeiro, que, se cumpridas, possibilitam à Companhia uma redução em sua taxa de juros contratual. Os juros sobre estes empréstimos são apropriados considerando os impactos decorrentes da aplicação de tais cláusulas.

O montante do passivo não circulante tem o seguinte cronograma por ano de vencimento:

Ano	Valor
2019	25.938
2020	52.283
2021	38.786
2022	39.393
2023	32.142
Após 2023	188.018
Total	376.560

15. DEBÊNTURES

Em 2 de dezembro de 2010, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou a emissão Privada de Debêntures Simples, conforme contratos de cessão fiduciária de direitos creditórios com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e BNDES Participações S.A. – BNDESPAR.

Foram emitidas 93 debêntures no valor total de R\$57.509, em 03 séries, sendo emitidas 28 debêntures na primeira série, 30 debêntures na segunda série e 35 debêntures na terceira série.

Em 30 de junho de 2018, os recursos da primeira, segunda e terceira emissão foram captados, conforme segue:

Primeira emissão: são 28 (vinte e oito) debêntures simples, nominativas e não conversíveis em ações, com data de emissão de 16 de abril de 2012, com 3 (três) anos de carência do principal e vencimentos em 85 (oitenta e cinco) parcelas mensais, sendo que a última parcela será liquidada em 16 de maio de 2022.

Notas Explicativas

Segunda emissão: são 30 (trinta) debêntures simples, nominativas e não conversíveis em ações, com data de emissão de 25 de março de 2013, com 37 (trinta e sete) meses de carência do principal e vencimentos de 7 (sete) parcelas anuais, sendo que a última parcela será liquidada em 25 de abril de 2023.

Terceira emissão: são 35 (trinta e cinco) debêntures simples, nominativas e não conversíveis em ações, com data de emissão de 16 de dezembro de 2014, com 36 (trinta e seis) meses de carência do principal e vencimentos em 85 (oitenta e cinco) parcelas mensais, sendo que a última parcela será liquidada em 15 de janeiro de 2024.

	Indexador	Taxa de juros anual	Circulante		Não circulante	
			30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017
			1ª Emissão	TJLP	1,92%	2.103
2ª Emissão	IPCA	1,92%	3.993	4.085	7.783	11.422
3ª Emissão	TJLP	1,92%	2.957	2.953	4.645	6.093
Total			9.053	9.146	16.407	22.644

De acordo com a cláusula 7ª do contrato nº 10.2.1772.2, a emitente se obriga a constituir e manter, durante toda a vigência do contrato de promessa de subscrição e da escritura, uma aplicação vinculada com saldo não inferior a R\$2.220. Em 30 de junho de 2018, o saldo dessa aplicação financeira é de R\$3.445 (R\$3.341 em 31 de dezembro de 2017).

A escritura inclui uma cláusula de "Obrigações Especiais da Emitente", com a obrigação de manter, durante a vigência das debêntures até o seu vencimento final, os seguintes índices, apurados anualmente com base nas demonstrações financeiras completas anuais.

Índices	Metas
Endividamento líquido total/EBTIDA	Igual ou inferior a 2,1
Índice de cobertura do serviço da dívida total	Igual ou superior a 1,9
Investimentos/receita líquida	Igual ou inferior a 26%

16. FORNECEDORES

	30/06/2018	31/12/2017
Fornecedores de materiais e serviços	94.240	118.284
Parcelamento - RGE	62	136
	94.302	118.420
Circulante	94.240	118.284
Não circulante	62	136

17. PARCELAMENTOS DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

Imposto ou Contribuição	Taxa de juros	Último vencimento	Circulante		Não Circulante	
			30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017
COFINS	Selic	04/2022	6.355	6.540	24.844	26.161
PASEP	Selic	04/2022	1.380	1.420	5.394	5.680
Contribuição social	Selic	04/2022	660	679	2.580	2.716
Imposto de renda	Selic	04/2022	4.490	4.621	17.552	18.482
Total			12.885	13.260	50.370	53.039

Notas Explicativas**18. OUTROS DÉBITOS**

	<u>30/06/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Consignações a recolher	4.948	5.611
Outras contas a pagar	216	1.193
Total	5.164	6.804

19. CONTRATOS DE REPASSE**a) Orçamento Geral do Estado - OGE**

Foi assinado contrato de repasse do Orçamento Geral do Estado – OGE, entre o Estado do Rio Grande do Sul, por intermédio da Secretaria de Desenvolvimento e Promoção do Investimento - SDPI, representado pelo Banco do Estado do Rio Grande do Sul - Barrisul, e a CORSAN, que tem por finalidade a implantação de sistema de abastecimento de água do Distrito Industrial de Guaíba. A CORSAN, na qualidade de executora, recebeu os recursos financeiros para execução das obras e garantiu a contrapartida do contrato. Os valores foram transferidos à Companhia de acordo com o cronograma de execução financeira e com o plano de aplicação, e montam R\$4.090 em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017. Historicamente, estes valores são capitalizados por determinação do Acionista Controlador.

b) Agência Nacional das Águas – ANA

Foi assinado contrato 092/ANA/2014 – PRODES entre a Agência Nacional das Águas – ANA e a Companhia, que tem por propósito a transferência de recursos a título de compra de esgoto tratado no município de Erechim. Os valores são transferidos à Companhia de acordo com o cronograma de execução financeira e com o plano de aplicação, e montam R\$5.142 em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017.

20. PROVISÃO PARA RISCOS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

As provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas consideram o estágio atual dos processos judiciais em andamento, sendo classificadas no passivo, conforme a expectativa de desembolso, na hipótese de sentença ou decisão desfavorável, e foram contabilizados conforme a expectativa de perda “provável”, com base na opinião dos Administradores e da Superintendência Jurídica da Companhia.

A provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas é composta como segue:

	<u>30/06/2018</u>		<u>31/12/2017</u>	
	Trabalhista	Cível e fiscal	Trabalhista	Cível e fiscal
Saldo inicial	553.330	124.768	431.369	118.515
Adições	123.836	31.117	218.686	8.712
Saques/reversões	(68.649)	(1.451)	(121.087)	(6.906)
Despesa financeira	11.047	2.603	24.362	4.447
Saldo final	619.564	157.037	553.330	124.768
Total		776.601		678.098
Circulante		134.517		117.882
Não circulante		642.084		560.216

Notas Explicativas

Os depósitos judiciais efetuados em conexão com as provisões podem ser assim representados:

	<u>30/06/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Saldo inicial	327.629	272.242
Adições	107.304	232.693
Saques/reversões	(60.970)	(177.306)
Saldo final	373.963	327.629
Circulante	124.448	109.135
Não circulante	249.515	218.494

Ações trabalhistas

a) Processo 01292.001/86-0 SINDIÁGUA - A origem do processo decorreu da implantação do Plano Cruzado em 1986, quando houve uma redução nominal dos salários pagos pela Companhia, na ordem de aproximadamente 11%, em virtude do imperativo legal que implantou o plano. O Sindicato entrou com uma ação, como substituto processual, tendo obtido ganho de causa. Foi realizado um acordo parcial em 1989, no qual os valores foram recompostos na folha de pagamento e os atrasados tiveram um acordo parcial, em que foram pagos os valores incontroversos. Para os valores controversos, a Companhia continua discutindo judicialmente. Essa provisão totaliza, em 30 de junho de 2018, R\$73.400 (R\$71.236 em 31 de dezembro 2017).

b) Outras reclamatórias trabalhistas - Estas se referem a reclamatórias movidas por empregados, ex-empregados e prestadores de serviços terceirizados da Companhia e totalizam 2.395 ações. Em 30 de junho de 2018, a provisão referente a outras reclamatórias trabalhistas totaliza R\$546.164 (R\$482.094 em 31 de dezembro de 2017).

c) Dentre as ações trabalhistas, existem aquelas com prognósticos de perdas possíveis, para as quais a Companhia não constituiu provisão, no valor de R\$250.034 em 30 de junho de 2018 (R\$264.788 em 31 de dezembro de 2017).

Ações cíveis e fiscais

a) Ação ENC Empreiteira de Obras Ltda. (e como solidária Andrade Gutierrez) - No primeiro trimestre de 2013, a Companhia recebeu uma notificação nº 026/1.06.0003391-7 referente a processo movido pela Empreiteira de Obras Ltda. contra a CORSAN e Construtora Andrade Gutierrez S/A, na qual a demandada buscou a condenação da Construtora Andrade Gutierrez S/A ao pagamento de quantia atinente ao desequilíbrio econômico-financeiro do contrato de subempreitada firmado pelas mesmas para a execução da obra de construção do projeto denominado Lago Dourado. A Companhia constituiu provisão para perda em 30 de junho de 2018 no montante de R\$4.668 (R\$4.668 em 31 de dezembro de 2017).

b) Em 29 de agosto de 2012, a CORSAN recebeu o Auto de Infração lavrado pela Delegacia da Receita Federal do Brasil, no total de R\$4.648 a título de IRPJ e CSLL sobre exclusões indevidas do lucro líquido, de valores contabilizados devidos à Fundação CORSAN, processo nº 11080730926/2012-49. A Companhia protocolou Processo Administrativo de Impugnação, o qual ainda não foi julgado. A Companhia possui provisão para a totalidade do valor questionado, a qual totaliza R\$6.208 em 30 de junho de 2018 (R\$5.890 em 31 de dezembro de 2017).

c) Outras reclamatórias - As ações referem-se, em sua maioria, a reclamações de preços e/ou qualidade dos serviços, e transitam tanto no Juizado Especial Cível - JEC quanto na Justiça Comum Estadual. Em um segundo patamar estão ações indenizatórias por danos ao patrimônio, ações de desapropriação, ações civis públicas, ações cominatórias, ações populares, entre outras. As ações fiscais referem-se, principalmente, à cobrança do uso do solo e de ISSQN por parte dos municípios. Ao todo, a Companhia é parte em 2.352 ações para as quais está provisionado em 30 de junho de 2018 o montante de R\$146.161 (R\$114.210 em 31 de dezembro de 2017).

d) A Companhia, também, é demandada judicialmente em ações cíveis e fiscais para as quais não foram constituídas provisões, por terem prognósticos de perdas possíveis, no valor de R\$294.374 em 30 de junho de 2018 (R\$215.056 em 31 de dezembro de 2017).

Notas Explicativas**21. PROVISÃO PARA BENEFÍCIO PÓS-EMPREGO**

	<u>30/06/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Plano de benefício definido	617.608	612.677
Sistema de assistência IPE-SAÚDE	70.999	73.634
Incentivo à demissão voluntária	227.014	242.100
	<u>915.621</u>	<u>928.411</u>

a) Plano de aposentadoria

O plano de benefícios “BD n° 001” é um plano de previdência complementar da modalidade de benefício definido administrado pela Fundação CORSAN, destinado aos empregados e ex-empregados da patrocinadora CORSAN, tendo como objetivo complementar o salário real médio, sobre o qual incidirá contribuição para o plano, dos últimos anos de atividade em relação ao valor-base do benefício atribuído pelo regulamento à previdência social (teto Fundação CORSAN).

De acordo com o regulamento do plano, os benefícios oferecidos aos participantes são os seguintes: aposentadoria por invalidez, aposentadoria por idade, aposentadoria por tempo de contribuição, aposentadoria especial, pecúlio por morte, auxílio-doença, pensão, auxílio-reclusão e abono anual.

Os benefícios, calculados com base na média das últimas remunerações dos participantes e no valor de referência do teto Fundação CORSAN, são reajustados no mês de maio de cada ano, pelo indexador atuarial do plano (INPC).

b) Sistema de assistência à saúde IPE-SAÚDE

A cobertura relativa ao Sistema de assistência é realizada através de contrapartida financeira estabelecida no “Termo de Contrato de Prestação de Serviços”, celebrado entre a patrocinadora CORSAN e o IPE - Instituto de Previdência do Estado do RS.

A contrapartida financeira mensal da Companhia para o IPE-SAÚDE corresponde a 10,44% incidente sobre o salário de contribuição dos servidores vinculados à CORSAN. Pelo acordo coletivo da Companhia, fica garantido que 50% desse mesmo percentual serão extensivos aos servidores que estão em gozo de benefício de aposentadoria pela Fundação CORSAN.

c) Incentivo à demissão voluntária

A CORSAN mantém um benefício de Incentivo à Demissão Voluntária aos funcionários, conforme estabelecido no Acordo Coletivo Intersindical 2016 – 2017. A referida vantagem permaneceu aberta para novas adesões até 31 de dezembro de 2016. A CORSAN dispõe de um prazo de 30 meses para efetivar o desligamento. Em 30 de junho de 2018, há 143 adesões aguardando efetivo desligamento.

A indenização mensal é limitada em até 62 meses ou no momento em que os empregados completarem as carências junto da Fundação CORSAN, o que ocorrer primeiro.

Em 1º de maio de 2011, foi reformulado o Plano de Demissão Voluntária - PDV, com prazo para adesão de 1º de janeiro de 2012 a 31 de dezembro de 2016, onde até 31 de dezembro de 2016, 1.590 funcionários aderiram ao plano. No semestre, 29 funcionários já haviam se desligado da Companhia. A despesa com desligamento foi de R\$22.681 (R\$33.759 em 30 de junho de 2017).

A Companhia possui contratos de reconhecimento de débitos para com o plano de benefício definido da patrocinadora FUNCORSAN no valor de R\$71.122 em 30 de junho de 2018 (R\$91.175 em 30 de junho de 2017)

A Companhia reconheceu, em 30 de junho de 2018, um ajuste líquido na avaliação atuarial entre as provisões do plano de benefício pós-emprego, “IPE SAÚDE” e “PAI/SPP” de R\$12.790. Esse ajuste foi realizado com base no laudo técnico preparado pelo atuário externo da Companhia, atualizado para esta data-base.

Notas Explicativas

Estrutura jurídica

A Fundação CORSAN caracteriza-se como entidade fechada de previdência complementar multipatrocinada, constituída sob forma de fundação pela Companhia Riograndense de Saneamento – CORSAN.

Gestão de investimentos

A gestão dos fundos de investimentos da Fundação CORSAN está estruturada na forma de gestão própria e terceirizada, sendo a gestão dos fundos de investimentos totalmente terceirizada, e a gestão de imóveis e empréstimos realizada pela própria Fundação CORSAN.

Política de investimentos

A Fundação CORSAN planeja e acompanha seus investimentos, de acordo com as normas estabelecidas na Resolução CMN nº 3.792, de 24 de setembro de 2009, bem como em conformidade com sua política de investimentos.

O processo de planejamento e revisão da PI é anual, e se inicia no mês de outubro, com reuniões entre a área de investimentos, o Comitê de investimentos, a Consultoria financeira e a Diretoria executiva. Depois de estruturada a PI é submetida pela Diretoria executiva ao Conselho Deliberativo para aprovação.

Fontes de recursos

A Fundação CORSAN obtém recursos decorrentes de:

- * contribuição de participantes ativos e assistidos;
- * contribuição mensal das patrocinadoras, principalmente da Companhia Riograndense de Saneamento – CORSAN;
- * receitas de aplicações do patrimônio.

Gestão de recursos

A Fundação CORSAN delega a Instituições financeiras, criteriosamente selecionadas, a gestão de parte de seus recursos, realizando acompanhamento diário destes gestores e fundos de investimentos.

Custeio administrativo

A definição das fontes de custeio para cobertura das despesas administrativas é de competência do Conselho Deliberativo, e deverão estar expressamente previstas no plano de custeio e no orçamento anual.

Despesas de administração do plano

As despesas de administração do plano de benefício são cobertas, paritariamente, por uma parcela de contribuições dos participantes ativos e patrocinadoras. No semestre, as despesas de administração somaram 8% sobre a base de contribuições aprovada pelo Conselho Deliberativo.

22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017, o capital social da Companhia é de R\$1.635.145 e R\$939.148 respectivamente, estando assim representado:

Acionistas	Ações ordinárias	Ações preferenciais	Total ações	Capital total (%)	Capital votante (%)	Ações preferenciais (%)
Estado do Rio Grande do Sul	306.756.796	306.756.796	613.513.592	99,99999348018	99,99999348018	99,99999348018
Prefeitura Municipal de Estrela	5	5	10	0,00000162996	0,00000162996	0,00000162996
Prefeitura Municipal de Carazinho	3	3	6	0,00000097797	0,00000097797	0,00000097797
Prefeitura Municipal de São Marcos	2	2	4	0,00000065198	0,00000065198	0,00000065198
Prefeitura Municipal de Muçum	2	2	4	0,00000065198	0,00000065198	0,00000065198
Prefeitura Municipal de Rosário do Sul	2	2	4	0,00000065198	0,00000065198	0,00000065198
Prefeitura Municipal de Lajeado	2	2	4	0,00000065198	0,00000065198	0,00000065198
Prefeitura Municipal de Quaraí	2	2	4	0,00000065198	0,00000065198	0,00000065198
Prefeitura Municipal de Cerro Largo	2	2	4	0,00000065198	0,00000065198	0,00000065198
Total	306.756.816	306.756.816	613.513.632	100,00000000000	100,00000000000	100,00000000000

Notas Explicativas

Dentro do limite do capital autorizado, e de acordo com plano aprovado pela Assembleia Geral, o Conselho de Administração poderá outorgar opção de compra de ações a seus administradores ou empregados, ou a pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou à sociedade sob seu controle, na forma prevista em lei. Em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017, não foram outorgados planos de opções de compra de ações.

Os aumentos de capital poderão ser deliberados com a exclusão do direito de preferência dos acionistas à subscrição de novos valores mobiliários emitidos pela Companhia, nas hipóteses previstas no art. 172 da Lei nº 6.404/76.

b) Reservas de capital

As reservas de capital compreendem doações de instalações e equipamentos de particulares e órgãos públicos. De acordo com a Lei nº 11.638/07, a partir de 2008, as referidas doações passaram a ser registradas no resultado do exercício, e após transitarem no resultado, as doações de órgãos públicos são destinadas para reserva de incentivos fiscais.

c) Outros resultados abrangentes

A Companhia procedeu à reavaliação dos bens do ativo imobilizado nos exercícios de 1989, 1990, 1993 e 1994. Em contrapartida, foi constituída reserva de reavaliação no patrimônio líquido, sendo que a realização se dá através de depreciação e baixas dos respectivos bens, cujo total em 30 de junho de 2018 monta R\$71.834 (R\$72.659 em 31 de dezembro de 2017), líquido de efeitos tributários.

Com a aplicação do ICPC01 – Contratos de concessão, o saldo residual de imobilizado, incluindo os valores de reavaliação, foi considerado como o valor justo do ativo intangível relacionado à concessão na data de transição, 1º de janeiro de 2009, e a reserva de reavaliação, transferida para a conta de “outros resultados abrangentes”.

Esses efeitos são revertidos para lucros acumulados na proporção em que os ativos são depreciados ou somente no caso de alienação ou baixa do ativo. O valor realizado contra lucros acumulados no semestre, totalizou R\$825, líquido dos efeitos tributários (R\$912 em 30 de junho de 2017).

Conforme previsto pela Deliberação CVM nº 695/2012, os eventuais ativos ou passivos decorrentes de ganhos ou perdas atuariais passaram a ser reconhecidos nas demonstrações financeiras na conta de outros resultados abrangentes, no Patrimônio Líquido. Em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017 a Companhia possui registrado um ganho atuarial de R\$82.473 líquidos dos efeitos de créditos tributários.

d) Remuneração aos acionistas

De acordo com a Lei nº 9.249/95, a Companhia efetuou no semestre findo em 30 de junho de 2018, o registro de juros sobre capital próprio no valor de R\$66.421 (R\$63.075 em 30 de junho de 2017), utilizando como base a taxa de juros de longo prazo – TJLP, aplicada sobre o patrimônio líquido observado o limite de 50% do somatório dos lucros acumulados e reservas de lucros. Conforme previsto pela legislação fiscal, o valor registrado foi integralmente deduzido na apuração do imposto de renda e contribuição social. O imposto de renda e a contribuição social do semestre foram reduzidos em R\$22.583 (R\$21.446 em 30 de junho de 2017) em decorrência da dedução desses impostos pelos juros sobre o capital próprio creditados aos acionistas.

Para fins de adequação à Deliberação CVM nº 683/12 o valor dos juros sobre capital próprio é registrado no Patrimônio Líquido.

A Companhia imputou parte do valor líquido dos juros creditados a título de remuneração do capital próprio aos dividendos líquido do Imposto de renda retido na fonte.

e) Reservas de lucros

Reserva legal

Conforme a Lei das Sociedades por Ações, é constituída à base de 5% (cinco por cento) do lucro líquido, estando limitada a 20% do capital social.

Reserva de incentivos fiscais

A reserva de incentivos fiscais compreende as doações de instalações e equipamentos de órgãos públicos.

Notas Explicativas

Reserva de retenção de lucros

Esse valor corresponde ao lucro remanescente apurado após as destinações para reserva legal, de incentivos fiscais e dividendos, acrescido das contabilizações efetuadas diretamente na conta de lucros acumulados.

Os recursos serão aplicados em projetos de construção e expansão dos sistemas de abastecimento de água, de sistemas de esgoto e desenvolvimento institucional, de forma a atender aos projetos previstos no orçamento da Companhia, com base em orçamento de capital a ser aprovado pela Assembleia Geral Ordinária.

f) Adiantamento para futuro aumento de capital

Com base em faculdade prevista pelo Estatuto Social da Companhia, a Companhia mantém registrado como adiantamento para futuro aumento de capital o montante de R\$31.524 em 30 de junho de 2018 (R\$31.911 em 31 de dezembro de 2017), oriundo de repasse de recursos do Orçamento Geral da União – OGU e da Fundação Nacional da Saúde – FUNASA.

Em 11 de janeiro de 2018 a CORSAN foi comunicada do cancelamento dos Termos de Compromisso OGU PAC 2 - Estudos e Projetos de Água e Esgoto pelo Ministério das Cidades, todos assinados em 31/10/2011 entre o Governo de Estado do Rio Grande do Sul e o Ministério das Cidades.

Em função disso, em 26 de janeiro de 2018, procedeu a devolução de Recursos de Repasse do Orçamento Geral da União no montante de R\$387.

23. TRANSAÇÕES E SALDOS COM PARTES RELACIONADAS

a) Governo do Estado do Rio Grande do Sul

Os valores a seguir demonstrados evidenciam as transações entre a CORSAN e o Estado do Rio Grande do Sul:

	30/06/2018	31/12/2017
Contas de água e esgoto - saldo a receber	38.519	18.217
Aplicações no caixa único do Estado	5.553	3.823
Juros sobre o capital próprio a pagar para o Governo do Estado	(297.348)	(230.926)
Dividendos propostos a pagar para o Governo do Estado	(10.270)	(10.270)

Criado pelo Decreto nº 33.959, de 31 de maio de 1991, o Sistema Integrado de Administração de Caixa no Estado – SIAC determina que os órgãos da Administração direta e indireta centralizem no Tesouro Estadual as disponibilidades de recursos em suas contas bancárias. Os recursos depositados são remunerados com base nos rendimentos dos títulos que compõem a Dívida Pública Estadual.

b) Fundação CORSAN

Composição da dívida	Indexador	Taxa de juros	Último vencimento	Circulante		Não circulante	
				30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017
Contrato 1298	INPC	6% a.a	31/03/18	-	1.259	-	-
Contrato 122001	Média INPC/IPC/IGP-M e IGP-DI	6% a.a	21/12/20	20.415	19.861	27.195	34.937
Contrato 122005	(*)		01/09/19	11.147	15.336	12.365	13.602
				31.562	36.456	39.560	48.539

(*) O contrato 122005 é revisado anualmente através de cálculos atuariais.

Os contratos referem-se a parcelamentos de custo de serviço passado e estão garantidos pela arrecadação da receita tarifária de água e esgoto até o limite das obrigações (principal e encargos). Em 30 de junho de 2018, o montante dos compromissos com a Fundação CORSAN, no não circulante, tem a seguinte composição por ano de vencimento:

Notas Explicativas

Ano	Valor
2019	14.898
2020	24.662
Total	39.560

c) Companhia de Processamento de Dados do Estado do Rio Grande do Sul – PROCERGS

Os valores devidos à PROCERGS referem-se ao contrato de prestação de serviços na área de tecnologia da informação. O saldo a pagar em 30 de junho de 2018 é de R\$3.309 (R\$3.117 em 31 de dezembro de 2017).

24. RECEITA LÍQUIDA

A CORSAN opera os serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário. A receita líquida de serviços apresenta a seguinte composição:

	30/06/2018	30/06/2017
Serviços de abastecimento de água	1.259.058	1.185.311
Serviços de esgoto	84.969	79.363
Receitas de construção	126.045	103.218
Impostos sobre receita serviços	(124.792)	(117.378)
	1.345.280	1.250.514

25. CUSTOS, DESPESAS E OUTRAS RECEITAS

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado por função. Conforme requerido pelo IFRS, apresenta, a seguir, o detalhamento da demonstração do resultado por natureza:

Despesas por natureza	30/06/2018	30/06/2017
Pessoal	449.195	437.784
Materiais	47.731	47.284
Energia elétrica	116.127	108.192
Serviços de terceiros	149.693	122.172
Gerais	62.510	55.051
Depreciações e amortizações	67.660	56.892
Provisões	95.684	81.714
Custos de construção	124.516	100.988
Outras (receitas) despesas operacionais, líquidas	(6.183)	(5.042)
	1.106.933	1.005.035
Classificados como:		
Custos dos serviços	802.246	737.533
Despesas comerciais	64.541	54.696
Despesas administrativas	246.329	217.848
Outras (receitas) despesas operacionais, líquidas	(6.183)	(5.042)
	1.106.933	1.005.035

Notas Explicativas**26. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS**

	30/06/2018	30/06/2017
Receitas financeiras	53.595	60.632
Acréscimos por inadimplementos	16.593	15.399
Variações monetárias ativas	2.903	16.331
Receitas financeiras pela realização de AVP	25.526	19.938
Variações cambiais ativas	1.605	2.205
Outras receitas financeiras	6.968	6.759
Despesas financeiras	(31.778)	(30.290)
Juros e taxas sobre financiamentos	(5.156)	(5.253)
Juros e taxas sobre outras obrigações	(3.444)	(4.357)
Variações monetárias passivas	(16.853)	(18.012)
Variações cambiais passivas	(6.325)	(2.668)
Resultado financeiro líquido	21.817	30.342

27. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos riscos são administrados através de estratégias de posições financeiras e sistemas de limite de exposição dos mesmos. Todas as operações são integralmente reconhecidas na contabilidade. As avaliações de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos, bem como gerenciamento de riscos estão relatados a seguir:

a) Instrumentos financeiros

Em 30 de junho de 2018, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

Caixa e equivalentes de caixa – está apresentado ao seu valor de mercado, que equivale ao seu valor contábil na data do balanço. As aplicações mantidas pela Companhia como equivalentes de caixa são de liquidez imediata e têm risco insignificante de mudança de seus valores;

Aplicações financeiras – referem-se, substancialmente, a fundos de investimento de renda fixa e aplicações junto ao SIAC (Sistema Integrado de Administração de Caixa do Estado), com liquidez diária;

Contas a receber – decorrem diretamente das operações comerciais da Companhia, estão registradas pelos seus valores originais, ajustadas por perdas estimadas para credores de liquidação duvidosa;

Ativos financeiros – referem-se a valores a serem indenizados pelo poder concedente, relativos aos contratos de programa não renovados;

Contas a pagar – decorrem diretamente das operações comerciais da Companhia, estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a atualizações monetárias, quando aplicável;

Empréstimos e financiamentos e debêntures – são classificados como passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado pelo método de taxa efetiva de juros, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais. Os valores de mercado destes empréstimos e financiamentos são equivalentes aos seus valores contábeis na data do balanço;

Dívidas com a Fundação CORSAN – estão contabilizadas pelos seus valores contratuais, conforme descrito na nota 23.b.

A Companhia adota a técnica de mensuração a valor justo e comparação de preços e valores observados no mercado (nível 2).

Notas Explicativas

Em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017, o valor justo dos instrumentos financeiros se aproxima dos valores registrados contabilmente. O valor justo dos instrumentos financeiros é apurado conforme descrito na nota 2.10.

b) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não celebrou e não tem como política celebrar instrumentos financeiros derivativos, tais como os contratos a termo, *swaps*, opções, futuros, *swaps* com opção de arrependimento, opções flexíveis, derivativos embutidos em outros produtos, operações estruturadas com derivativos, derivativos exóticos e todas as demais operações com derivativos, independentemente da forma como sejam contratados.

c) Gerenciamento de riscos

Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia

As atividades de gerenciamento de riscos seguem a política de gestão de risco da Companhia, sob a administração dos seus diretores. A administração destes riscos é efetuada com base na política de controle, a qual estabelece as técnicas de acompanhamento, mensuração e monitoramento contínuo da exposição.

A Companhia está exposta aos seguintes riscos:

i) Risco de crédito:

A Companhia está potencialmente sujeita ao risco de crédito da contraparte em suas operações financeiras e contas a receber. Dentre os procedimentos adotados para minimizar os potenciais riscos financeiros e comerciais, destacamos: a seletividade das instituições financeiras e monitoramento constante dos valores a receber de clientes. Não há clientes que individualmente representem mais que 5% do total das contas a receber da Companhia em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017.

ii) Risco de liquidez:

Risco de liquidez representa o encurtamento nos recursos destinados para pagamento de dívidas (substancialmente empréstimos e financiamentos). A Companhia tem políticas de monitoramento de caixa para evitar o descasamento de contas a receber e a pagar. A tabela abaixo demonstra os pagamentos contratuais requeridos pelos passivos financeiros da Companhia:

	Projeção incluindo juros futuros			Total
	Até 1 ano	De 1 a 3 anos	Mais de 3 anos	
Empréstimos e financiamentos	65.879	163.019	351.451	580.349
Parcelamento de impostos	14.303	55.047	22.019	91.368
Debêntures	9.227	17.667	-	26.894
Fornecedores	94.246	66	-	94.312
Dívidas Fundação CORSAN	33.456	45.197	-	78.653
	217.111	280.996	373.470	871.576

iii) Risco de mercado:

Risco da taxa de juros: Esse risco advém da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as suas despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos. A Companhia monitora continuamente a volatilidade das taxas de juros do mercado.

Risco de taxas de câmbio: Esse risco está atrelado à possibilidade de alteração nas taxas de câmbio, afetando a despesa financeira e o saldo passivo de contratos de financiamentos com indexador em moeda estrangeira. Não há outros ativos ou passivos indexados a moedas estrangeiras. A Companhia avalia sua exposição cambial de forma continuada, visando manter os valores contratados em patamares mínimos em relação aos passivos totais.

Notas Explicativas

Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros e câmbio

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores nos empréstimos que a Companhia possui exposição na data-base de 30 de junho de 2018, foram definidos 03 cenários diferentes, e preparada uma análise de sensibilidade às oscilações dos indicadores desses instrumentos. Com base na projeção do indexador de cada contrato para o ano de 2018 (cenário provável), sendo que a partir deste foram calculadas variações crescentes de 25% e 50%, respectivamente, para tais empréstimos. Os cenários são elaborados desconsiderando o provável fluxo de caixa de pagamentos de empréstimos.

Operação	Risco	2018	(Perdas) Ganhos financeiros				
			Queda 25%	Queda 50%	Cenário provável	Aumento 25%	Aumento 50%
Empréstimos	TR	(202.969)	-	-	-	-	-
Empréstimos	TJLP	(201.290)	(10.628)	(8.857)	(13.285)	(16.606)	(19.928)
Empréstimos	US Dólar	(35.992)	7.593	12.326	493	(8.382)	(17.257)
Debêntures	TJLP	(25.460)	(1.344)	(1.120)	(1.680)	(2.100)	(2.521)
		(465.711)	(4.379)	2.349	(14.472)	(27.088)	(39.706)
<i>Indexador</i>	TR / UPR		0,00	0,00	0,00 *	0,00	0,00
	TJLP		5,28	4,40	6,60 **	8,25	9,90
	US Dólar	3,65	2,88	2,40	3,60 ***	4,50	5,40

Fontes:

* Portal Brasil

** BNDES - Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social

*** Focus - Relatório de Mercado

d) Gestão do capital social

O objetivo principal da administração de capital é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital livre de problemas, a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista.

A Companhia administra a estrutura de capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. A estrutura de capital ou o risco financeiro decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos no contrato de debêntures. Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante o semestre findo em 30 de junho de 2018 e o exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

O capital é administrado por meio do quociente de alavancagem, que é a dívida líquida dividida pelo capital total, acrescido da dívida líquida. A Companhia inclui na dívida líquida os empréstimos e financiamentos com rendimento, fornecedores e outros exigíveis, menos caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras, como demonstrado abaixo.

Notas Explicativas

	Nota	30/06/2018	31/12/2017
Empréstimos e financiamentos	14	440.251	443.788
Parcelamento de impostos e contribuições	17	63.255	66.299
Debêntures	15	25.460	31.790
Fornecedores	16	94.302	118.420
Dívida Fundação CORSAN	23.b	71.122	84.995
(-) Caixa e equivalentes de caixa	5	(75.038)	(79.703)
(-) Aplicações financeiras	5	(62.269)	(59.968)
Dívida líquida		557.083	605.621
Patrimônio e adiantamentos		2.142.151	2.014.000
Capital social e dívida líquida		2.699.234	2.619.621
Quociente de alavancagem		20,64%	23,12%

28. MUDANÇAS NOS PASSIVOS DE ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO

A seguir, é apresentada a movimentação das mudanças nos passivos de atividades de financiamento para o trimestre findo em 30 de junho de 2018:

	31/12/2017	Fluxo de caixa	Adições	Variações monetárias	Juros	Transferências	30/06/2018
Empréstimos e financiamentos circulante	56.793	(47.953)	-	1.987	17.603	35.261	63.691
Debêntures circulante	9.146	(7.326)	-	-	687	6.546	9.053
JSCP e dividendos a pagar	241.196	-	66.422	-	-	-	307.618
Empréstimos e financiamentos não circulante	386.995	21.437	-	3.389	-	(35.261)	376.560
Debêntures não circulante	22.644	-	-	308	-	(6.545)	16.407
Contratos de repasse (FUNASA, ANA)	9.232	505	-	-	-	-	9.737
Adiantamento para futuro aumento de capital	31.911	(387)	-	-	-	-	31.524

Jorge Luiz Costa Melo
Diretor Presidente e Diretor Financeiro
e de Relações com Investidores

Alberto Carlos Paganella
Diretor Administrativo

Eduardo Barbosa Carvalho
Diretor de Operações

Jean Carlo Flores Bordin
Diretor de Inovação,
Relacionamento e Sustentabilidade

Marcus Vinicius Caberlon
Diretor de Expansão e
Diretor Comercial

Graziela Bohn Flores
Superintendente de Contabilidade
Contadora CRC/RS nº 070280/O-7

A receita projetada para o segundo trimestre de 2018 foi na ordem de R\$ 657.362 enquanto a realizada neste período alcançou R\$ 650.221, ficando 1,09% abaixo da meta estabelecida.

Conforme se verifica no Quadro 1 abaixo, havia uma previsão de que os gastos atingissem R\$ 451.293, tendo sido realizado R\$ 427.650, ou seja, 5,24% inferior ao projetado para o segundo trimestre de 2018.

No que diz respeito aos gastos por natureza, os grupos de Pessoal/Encargos e Serviços realizaram, respectivamente, 10,31%, e 0,31% abaixo do previsto. Já os grupos de Materiais e gastos Gerais realizaram 6,87% e 7,67% respectivamente acima do orçado inicialmente para o trimestre em questão.

Na execução do segundo trimestre de 2018, cabe análise de algumas naturezas que se tornaram importantes devido a sua execução orçamentária. Abaixo seguem comentários:

Pessoal/Encargos

- Vantagens e Encargos – As naturezas pertencentes a este grupo apresentaram valores 10,82% inferiores aos valores orçados para o período em análise, tendo sido orçado R\$ 222.520 e realizado R\$ 198.437;
- Indenizações Trabalhistas – Foi previsto para o trimestre em análise, o montante de R\$ 25.000 tendo como realizado R\$ 22.287;
- Horas Extras - No grupo de despesas com Pessoal, essa natureza merece destaque, tendo sido orçado R\$ 7.127 e realizado R\$ 8.248.
- Programa de Demissão Voluntária/Rescisão Trabalhista – Foi previsto para o trimestre em análise, o montante de R\$ 12.100 e realizado R\$ 11.452.

Materiais

- Material de Tratamento – Tratando-se da natureza com maior relevância do grupo de materiais, no trimestre analisado realizou 5,58% acima do orçamento previsto, tendo sido orçado R\$ 13.133 e realizado R\$ 13.866;
- Materiais de Conservação e Manutenção de Redes - Foi previsto para o trimestre em análise, o montante de R\$ 2.932 tendo sido realizado R\$ 2.879;
- Combustíveis para veículos – Foi orçado para esta natureza R\$ 2.902 e realizado R\$ 3.173 o que representou em um acréscimo de 9,34%.

Serviços

- Força e Luz – Os serviços de energia elétrica representam aproximadamente 13,85% das despesas da empresa e 44,20% das despesas do grupo de serviços. No trimestre analisado, esta despesa realizou 6,55% acima do orçamento previsto, ou seja, foi orçado R\$ 55.602 e realizado R\$ 59.244;
- Serviços Técnicos Profissionais - Foi previsto para o trimestre em análise, o montante de R\$ 5.839 e tendo como realizado R\$ 5.966.
- Serviços de segurança – No segundo trimestre de 2018 foi projetado R\$ 10.542, tendo sendo executado R\$ 10.675, esta despesa teve um aumento de 1,26% acima do orçado.

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

- Serviços Contrato Operacional (retro, caçamba, reaterro de valas e repavimentação) – No trimestre analisado, essa natureza realizou 8,28% acima do orçamento previsto originalmente para o período, tendo sido orçado R\$ 26.114 e realizado R\$ 28.277.

Gerais

- Indenizações a Terceiros – Foi previsto para o trimestre em análise, o montante de R\$ 6.150 e realizado R\$ 3.162;

- Fundo Municipal de Gestão Compartilhada e Custo de Concessão Aportes Extraordinário – No trimestre analisado, o orçado foi de R\$ 11.223 e o realizado R\$ 9.083.

Cabe referir que na Execução Orçamentária de 2018 estão autorizadas as transferências de dotação entre naturezas afins, como por exemplo, Materiais e Serviços, de acordo com o Manual da Execução Orçamentária, podendo assim, haver diferenças entre os valores inicialmente previstos nessas rubricas.

A comparação das despesas previstas e realizadas para o trimestre em questão pode ser observada através do Quadro 1 – Comparativo das Despesas Previstas e Realizadas - 2º Trimestre de 2018, conforme segue:

Quadro 1 - Comparativo das Despesas Previstas e Realizadas - 2º Trimestre 2018 (Em R\$ mil)

Natureza do Gasto	Previsto	Realizado	% Variação
Pessoal/Encargos	263.231	236.089	(10,31)
Materiais	23.842	25.480	6,87
Serviços	134.466	134.044	(0,31)
Gerais	29.754	32.037	7,67
Total	451.293	427.650	(5,24)

Por fim, salienta-se que as análises realizadas não consideram a receita e custo de construção, e o resultado apurado, sem margem de construção, até 30/06/2018 aponta um Lucro Líquido de R\$ 193.430.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS.

Eldorado do Sul, 13 de agosto de 2018.

Aos

Acionistas, Conselheiros e Administradores da

COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO - CORSAN

Porto Alegre – RS

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias da COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO – CORSAN, contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2018, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente para o período de três e seis meses findos em 30 de junho de 2018, as mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findos naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Informações intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, as informações intermediárias contidas na demonstração do valor adicionado (DVA), referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2018, elaboradas sob a responsabilidade da administração, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas informações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

AudiLink & Cia. Auditores

CRC/RS 003688/F-0

Roberto Caldas Bianchessi

Contador CRC/RS 040078/O-7 S-RS

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

PARECER DO CONSELHO FISCAL

“Os membros do Conselho Fiscal da Companhia Riograndense de Saneamento – CORSAN, abaixo firmados, no exercício de suas funções legais e estatutárias, em reunião realizada nesta data, examinaram as Demonstrações Financeiras compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração do Resultado, Demonstração do Resultado Abrangente, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Demonstração do Valor Adicionado, Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras, Relatório dos Auditores Independentes relativos ao Trimestre findo em 30 de junho de 2018. Com base nos exames efetuados pelos Auditores Independentes da empresa AudiLink & Cia. Auditores e à vista do Relatório, o Conselho Fiscal declara que os referidos documentos estão aptos à aprovação. Porto Alegre, 14 de agosto de 2018. Paulo Marques dos Reis, Felipe Henrique Giaretta, Rogerio Alves Rios”.

Porto Alegre, 14 de Agosto de 2018.

FELIPE HENRIQUE GIARETTA

PAULO MARQUES DOS REIS

ROGÉRIO ALVES RIOS

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO DE REVISÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em conformidade com o inciso VI do artigo 25 da Instrução CVM Nº 480, de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2018.

Porto Alegre, 13 de agosto de 2018.

Jorge Luiz Costa Melo

Diretor Presidente e Diretor Financeiro

e de Relações com Investidores

Alberto Carlos Paganela

Diretor Administrativo

Eduardo Barbosa Carvalho

Diretor de Operações

Jean Carlo Flores Bordin

Diretor de Inovação,

Relacionamento e Sustentabilidade

Marcus Vinicius Caberlon

Diretor de Expansão e

Diretor Comercial

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO DE REVISÃO DO RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Em conformidade com o inciso V do artigo 25 da Instrução CVM Nº 480, de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com o conteúdo e opinião expressos no Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia do trimestre findo em 30 de junho de 2018.

Porto Alegre, 13 de agosto de 2018.

Jorge Luiz Costa Melo

Diretor Presidente e Diretor Financeiro

e de Relações com Investidores

Alberto Carlos Paganela

Diretor Administrativo

Eduardo Barbosa Carvalho

Diretor de Operações

Jean Carlo Flores Bordin

Diretor de Inovação,

Relacionamento e Sustentabilidade

Marcus Vinicius Caberlon

Diretor de Expansão e

Diretor Comercial